

## Recortes de uma experiência feminista

Por Eliana Fonseca Stefani (1)

Sair de Araxá para estudar em Belo Horizonte - era meu sonho de jovem de 17 anos. A capital, que costumava visitar em período de férias, me encantava pelo movimento de suas ruas, luzes, cinemas, livrarias e outros espaços culturais.

Mudar pra Belo Horizonte não foi fácil. Precisei ter força e determinação. Para meu pai, a uma jovem mulher bastava ter o “Curso de Normalista” (2) e esperar por um casamento com um rapaz honesto e cuja profissão garantisse o sustento familiar. Contrariando suas expectativas, escolhi combinar os cursos de “normalista” e científico, almejando uma educação superior. Além disso, meu pai, apesar de ser um pequeno industrial, tinha dificuldades financeiras e afirmava não poder me custear em Belo Horizonte. Após tensas discussões, em que afirmava minha disposição em trabalhar, ele admitiu contrariado minha saída de Araxá. Entendo hoje o receio do meu pai, um tanto conservador, de ter sua filha “perdida” por morar numa capital, como ele chegou a expressar. Juízo, era o “ditame” contumaz. Esse refrão moral permaneceu sempre presente em minha vida.

Não recordo com precisão de como cheguei ao feminismo. Talvez um primeiro vislumbre sobre o que é ser mulher tenha acontecido ainda muito jovem, no contexto da vida familiar em Araxá. Observava e me indagava sobre a “dinâmica familiar”, cujas diferenças entre homens e mulheres me chamavam a atenção. Lembro-me das mulheres voltadas para os cuidados com os filhos e afazeres domésticos, a atenção aos seus maridos, também em alegres trocas de receitas entre elas e comentando sobre condutas morais e tipos de beleza. Os homens mantinham conversas animadas, servidos de bebidas e tira-gostos. Entre os homens da minha família os assuntos variavam desde soluções para problemas de mecânica, eletrônica, a rotas rodoviárias para viagens, condutas de motoristas em rodovias, comércio, entre outros, os quais despertavam minha

curiosidade. Sempre que podia me postava ao lado deles. Era o mundo masculino que me atraía; aquele mundo feminino não me parecia sedutor. Embora sem muito discernimento, incomodava-me ver mulheres centradas em tarefas domésticas, mesmo que satisfeitas, enquanto homens bebiam e conversavam placidamente, também satisfeitos. Era uma situação, a meus olhos, desconfortável. Não sei explicar o porquê desta minha reação e não a de conformismo. Resultou em um desabrochar da ideia vaga de independência e de rejeição àquela submissão feminina, uma percepção incipiente da noção de liberdade, que eu denotava exclusiva de homens. Até sair de Araxá, convivia com um grupo de amigas com um perfil feminino padrão, que incluía atividades como ir a “baile de debutantes” e usar vestidos bordados para festas (rejeitava bordado em vestidos, enfeite demasiado para quem preferia roupas despojadas). Eram amigas cujos pais, ao contrário do meu, incentivavam uma formação universitária, possivelmente almejando-lhes um casamento com um cônjuge de nível social alto. Entretanto, paralelamente a esse padrão tradicional, cultivávamos um interesse pelos clássicos da literatura e um gosto por músicas contestadoras da época. Formamos um grupo musical que fazia apresentações no Colégio São Domingos de Araxá. Um dos destaques do nosso repertório era “O funeral do lavrador” (Chico Buarque e João Cabral de Melo Neto), que cantávamos com toda a força de nossos sentimentos “revolucionários”, como acreditávamos.

Redescobrir Belo Horizonte como moradora e universitária no curso de Comunicação Social na PUC/Minas com habilitação em jornalismo, num contexto de autoritarismo político no Brasil, tornou-se uma experiência incrivelmente instigante. Encontrei professores interessantes e colegas festivos e questionadores. Fui me identificando com o curso, que enfatizava uma perspectiva progressista à esquerda. Desfrutávamos de leituras de autores críticos aos governos autoritários da América Latina, alguns numa perspectiva marxista, que nos possibilitaram uma compreensão da situação de desigualdade social no Brasil. Entender a diferença entre classes abriu caminho

para chegar à desigualdade de gênero, e, um tempo depois, ao engajamento na luta feminista.

Tudo se descortinava para mim naquela década de 70: novas amigas e amigos com afinidades políticas libertárias e literárias. Criticávamos o governo militar repressivo e defendíamos um Estado democrático. Naquela nova etapa, Belo Horizonte mais uma vez, se revelava vibrante com seus espaços culturais e de lazer, que compartilhávamos com o entusiasmo suscitado pelo idealismo político. Memoráveis os cines Palladium, Roxy, Pathé, Cine-Clube da FACE - Faculdade de Economia da UFMG, onde assistíamos filmes de novas tendências cinematográficas como os do “Cinema Novo”, “Nouvelle Vague”, e expoentes de obras russas de cunho político-revolucionário como o “Encouraçado Potemkin”. Também as livrarias como a do José Maria Gomes, no histórico Edifício Maletta, nos proviam regularmente de livros e revistas da área de ciências sociais. No mesmo inesquecível Maletta, bares e restaurantes (como o Lucas) eram ponto de encontro de idiossincráticos e “rebeldes” com ou sem causa - feministas, esquerdistas, homoafetivos daquele momento.

Nesse clima político-cultural efervescente tive uma breve passagem por jornais “nanicos”, como os “DeFato” (3) e “Em Tempo”, apenas presenciando algumas reuniões de pauta, cuja discussão me pareceram difíceis, naquela época, porque me faltava “capital cultural”. No jornal “DeFato” conheci feministas que influenciaram minha trajetória “libertária”: Elizabeth Cataldo (4), Elizabeth Fleury (5), Mirian Chrystus (6), entre outras. Todo esse percurso em interação com pessoas engajadas politicamente e, especificamente, em luta pelos direitos da mulher e dos negros, significou a transição de uma vontade individual de autonomia para uma luta com outras mulheres pela emancipação feminina e também por um Brasil mais igualitário.

Em continuação a essa trajetória participei do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDM) (7) entre 1982 e 1984. Éramos um grupo de mulheres e de um homem, muito bem-vindo, de diferentes áreas (sociologia, psicologia, jornalismo, educação, direito), preocupada(o)s em estudar a problemática de

emancipação da mulher e, ao mesmo tempo, desenvolver uma prática feminista de reflexão e apoio às mulheres atingidas pela violência masculina. Esse grupo ainda respondia às demandas da mídia, participando de debates sobre o problema da violência à mulher e da sua condição de desigualdade por ser do sexo feminino. Naquele momento, “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir e outras obras de feministas norte-americanas, como de Betty Friedan, colocavam em pauta a discussão sobre a construção sociocultural de gênero, desnaturalizando a aceitação ideológica da submissão do sexo feminino ao masculino. Também aprendi muito com esse grupo em reuniões de estudos e reflexões sobre questões como patriarcado, dupla jornada de trabalho, sexualidade da mulher, planejamento familiar, violência doméstica, reformulação do Código Civil, entre outras. Além dessas atividades, o CDM disponibilizava ao público feminino o SOS-Mulher (8), serviço de atendimento à mulher em situação de violência. Assumi o SOS como atendente de mulheres que sofriam violência masculina. Tínhamos como objetivo oferecer-lhes apoio psicológico e jurídico, e, fundamentalmente, incentivá-las a uma reflexão sobre a própria situação de violência provocada por seus parceiros, o que era muito difícil, dado o imediatismo com o qual nos procuravam. Até então, não conhecia de perto a violência a uma mulher. As histórias daquelas mulheres eram impressionantes e comoventes.

Dois atendimentos me marcaram. O caso de uma mulher grávida, resultado de estupro, visivelmente abalada e decidida a abortar. O estagiário de Direito do CDM, Rodrigo da Cunha Pereira (9), tomou providências para a concessão de aborto legal. Contudo, devido à morosidade da justiça, passaram-se cinco meses para a autorização ser liberada, inviabilizando a prática do aborto legal, e, conseqüentemente, deu-se a continuação da gravidez daquela mulher. Houve também casos de sucesso, como o de outra mulher que sofria espancamentos do marido. Relatava sua situação trêmula de pavor. Com apoio psicológico e jurídico conseguiu se separar e se sustentar como costureira. Escutava com um sentimento de revolta as falas das mulheres sofrendo ameaças e violências físicas, seus medos e inseguranças diante de homens violentos e, ao mesmo

tempo, convencida da importância de nossa luta libertária. Guardava uma crença profunda de que era possível superar aquela situação de violência à qual se viam submetidas.

Como parte das atividades do CDM desenvolvemos ainda uma pesquisa, visando ao “Levantamento da violência específica à mulher em Belo Horizonte: 1982-1983”, conforme foi denominada. Tratou-se de um primeiro mapeamento sobre a violência à mulher praticada por homens na capital de Minas. Ainda no CDM participamos de uma passeata em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 1983. À frente da manifestação, como representantes do CDM, Maria Baeza e eu, portávamos com muito orgulho uma faixa com os dizeres que se tornou o lema das feministas em Belo Horizonte: **Quem ama não mata.**

A experiência no CDM influenciou na escolha do tema da minha dissertação de mestrado (Departamento de Ciências Sociais - UFMG), intitulada “Aborto: uma transgressão feminina?” sob a orientação da professora e feminista Celina Albano (10). Busquei apreender os diferentes significados da prática de aborto para um conjunto de 60 mulheres, a partir de algumas variáveis que poderiam influenciar na avaliação de suas experiências, tais como: concepção moral sobre aborto, concepção sobre maternidade, formação e prática religiosa, atitude do parceiro face à gravidez, prática legal ou ilegal do aborto.

Em 2018, com o recrudescimento da violência masculina sobre a mulher, parte das feministas que militaram na década de 80, grupo no qual me incluo, retomaram sua luta sob a liderança de Mirian Chrystus, com o movimento *QuemAmaNãoMata*. (QANM). Dentre suas atividades o QANM, vem promovendo palestras sobre a temática da violência e ocupando espaço na mídia para desnaturalizar a violência masculina praticada contra a mulher.

Considero que a atuação de feministas em Belo Horizonte e no Brasil deram frutos na conquista de direitos para as mulheres, com destaque para a mudança do código civil, garantindo igualdade jurídica entre mulheres e homens, as delegacias de mulheres para atendimento das que sofrem violência masculina, a

Lei Maria da Penha, entre outras conquistas. Entretanto a luta continua. Atualmente, a luta das mulheres contra a opressão que sofrem incorporou novas concepções de empoderamento e formas de contestação, como a interseccionalidade, que vai além da questão de gênero, abordando especificidades de mulheres negra e indígenas, entre outras. Surgem novas demandas e manifestações no país e em âmbito internacional, relacionadas ao contexto socioeconômico e político mundial do século 21, com movimentos como o “Me too” e LGBTIQIA+, entre outros.

## NOTAS

(1) **Eliana Fonseca Stefani (1955-)** Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1988). Graduada em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1978). Professora aposentada PUC-Minas, onde esteve desde 1988, trabalhando principalmente com vertentes da Sociologia Clássica e Contemporânea; experiência docente também em Antropologia, Sociologia do Lazer e do Turismo. Estudos mais recentes voltados para a temática da cidade, espaço público.

(2) **Curso de Normalista** As normalistas eram as mulheres que se cursavam o Curso Normal também conhecido como Magistério de 1º grau ou Pedagógico sendo um tipo de habilitação para o magistério nas séries iniciais do ensino fundamental.

(3) **DeFato (1976-1978)** Importante jornal da imprensa independente criado em Minas em janeiro de 1976 (saíram 80 edições até 1978) por vários jornalistas e ativistas jovens, inclusive as integrantes do grupo feminista.

(4) **Elizabeth da Silva Cataldo (1955- )** Jornalista com extensa carreira na grande mídia brasileira (Folha de São Paulo, Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil, O Globo, O Estado de São Paulo). É graduada em Comunicação Social (PUC Minas, 1977); tem pós-graduação em Comunicação Internacional pela City University de Londres (2002); Mestre em Comunicação (UNB, 2009), além de criadora e Publisher da Tema Editora.

(5) **Elizabeth Maria Fleury-Teixeira (1955- )** Doutora em Sociologia (UFSCar, 2021); mestre em Sociologia (UFMG, 2013); pós-graduada em Ciência Política (UFMG, 2007) e graduada em Comunicação Social (UFMG, 1981). Publicou com Stela N. Meneghel, pela Editora Fiocruz em 2015, o *“Dicionário Feminino da Infâmia – acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência”*. Como jornalista mineira trabalhou nos principais meios de comunicação do país. Pesquisadora da Fiocruz Minas (Instituto de Pesquisa René Rachou) é também poeta, com livros publicados.

(6) **Mirian Chrystus de Mello e Silva (1953- )** Jornalista e professora aposentada do Departamento de Comunicação Social da UFMG, é doutora em Estudos Literários (UFMG, 2007) e mestre em Comunicação (UFMG, 2002), graduada em Comunicação Social (UFMG, 1979). É uma das lideranças e coordenadora do movimento *QuemAmaNãoMata* em Belo Horizonte.

(7) **Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDM)** Em sua segunda fase, entre 1982 e 1984, funcionou na rua São Paulo, em Belo Horizonte, com apoio financeiro da Fundação Ford. Antes disso, ficou abrigado em uma sala cedida pela direção da Faculdade de Direito da UFMG, por solicitação das advogadas Fernanda Collás Arantes e Elizabeth Almeida (ambas deste movimento). Integrantes que participaram do CDM com regularidade, no período em que Eliana Stefani ali atuou: Ana Lúcia de Souza (psicóloga), Áurea Fucks Dreifuss (pedagoga), Bila Sorj (socióloga), Karin Von Smigay (psicóloga), Lúcia Afonso (psicóloga), Maria Celina Pinto Albano (socióloga), Maria da Conceição Marques Rubinger (socióloga), Maria de Lourdes Baeza Smith (ciência política), Otilie Pinheiro (arquiteta), Paula Montero (socióloga), Rodrigo da Cunha Pereira (estudante de Direito), Silvana Coser (socióloga), entre outros com menos tempo de dedicação ao Centro.

(8) **SOS-Mulher** Funcionava inicialmente (entre 1980 e 1982) em sala cedida pela Faculdade de Direito da UFMG. Primeira realização concreta do CDM (Centro de Defesa dos Direitos da Mulher), foi criado por iniciativa de um grupo de feministas, pouco tempo após o ato de repúdio de 1980, realizado nas escadarias da Igreja São José contra crimes de feminicídio ocorridos em Belo Horizonte naquele período.

(9) **Rodrigo da Cunha Pereira (1964 - )** Considerado um dos mais renomados advogados do Direito de Família e Sucessões em atuação no país, está há mais de 35 anos na área. Foi estagiário de Direito no CDM em seu período de graduação na Faculdade de Direito da UFMG e para o serviço SOS-Mulher. Conta em vídeo neste site que levou inúmeros colegas para auxiliar no trabalho de atendimento às mulheres em situação de violência.

(10) **Maria Celina Pinto Albano (1944-)** Graduou-se em Sociologia e Política (UFMG, 1967); tem pós-graduação em Ciência Política c/ orientação do Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG, 1970); e Doutorado em Sociologia pela University of Manchester, Inglaterra (1980). Em 1970 ingressa como professora na UFMG, de onde se aposentou em 1995. Foi uma das criadoras e a primeira presidente do CDM (Centro de Defesa dos Direitos da Mulher) em Minas, organização que resultou do ato público de 1980 em Belo Horizonte, quando é criado o slogan *Quem Ama Não Mata*. Foi integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em plena Constituinte de 1988, integrando o Lobby do Baton. Foi secretária de estado da cultura no governo Hélio Garcia e chefiou a Secretaria de Cultura de Belo Horizonte no governo Célio de Castro. Nomeada em 2013, coordenou os trabalhos da Comissão da Verdade em Minas.